



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Sobre a reforma da Administração Pública

Com o desenvolvimento da sociedade, são cada vez mais elevadas as necessidades dos cidadãos em relação à Administração Pública e aos serviços públicos. Após a tomada de posse em 2019, o Chefe do Executivo classificou a reforma da Administração como um trabalho prioritário. Segundo o mesmo, apesar da boa base formada nos últimos vinte anos na área da Administração Pública, há ainda deficiências, portanto, espera-se que seja encontrado um ponto de partida para a reforma a que precedem os trabalhos de racionalização.

Nos últimos dois anos, o Governo envidou imensos esforços na reforma da Administração, a saber: a racionalização das competências e responsabilidades dos serviços públicos, a reorganização de trabalhos nos serviços públicos, a reforma do regime da função pública, o desenvolvimento da construção da governação electrónica, a economia dos recursos humanos e o aumento da eficiência dos trabalhos, vertentes em que foram obtidos resultados notáveis.

Mas, no âmbito da actual reforma da Administração, apesar do aumento da eficiência com o recurso à revisão da legislação e à construção da governação inteligente, há ainda processos em que o tratamento é lento e pouco eficiente. Por exemplo, no que respeita à atracção de investimentos e negócios, devido às formalidades administrativas complexas, os investidores do exterior desistiram da sua



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pretensão de criar empresas em Macau.

Mais, segundo o Governo, com o aumento constante da equipa da função pública, vão ser adoptadas medidas para controlar o respectivo número, ou seja, as entidades tutelares de cada secretaria vão supervisionar rigorosamente os serviços subordinados, procurando manter o número dos trabalhadores da função pública nos 38 mil.

Assim, para surtir o efeito de “um mais um dá mais do que dois”, há que dar continuidade a uma boa mobilidade horizontal dos trabalhadores da função pública e aperfeiçoar a responsabilização dos governantes, por forma a aumentar a eficiência dos trabalhos. Quanto aos referidos aspectos, o Relatório das LAG para este ano adianta a revisão das respectivas leis e a realização de estudos sobre a criação dum regime disciplinar exclusivamente aplicável ao pessoal de direcção e chefia, e sobre a construção duma plataforma com informações relativas à mobilidade, com vista à boa distribuição dos recursos humanos em geral.

Por fim, com a aceleração do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, actualmente, o Governo apenas destacou, através de comissão de serviço, 30 e poucos funcionários públicos para aquela Zona, os quais vão manter a qualidade de funcionários públicos de Macau, assim como as regalias e condições básicas. Mas, em termos de longo prazo, o Governo tem de rever, globalmente, o regime da função pública, efectuando um levantamento em relação às competências e responsabilidades desses funcionários



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

destacados e ao respectivo espaço de promoção. Mais, deve também construir bem a Administração Pública para fazer face a novos problemas que resultem da extensão dos respectivos serviços à Zona de Cooperação Aprofundada.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O Relatório das LAG para este ano refere a revisão das leis relativas à responsabilização dos governantes e à simplificação administrativa e descentralização, inclusivamente a alteração de diversas leis, a saber: Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia, e Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, para além do estudo sobre a criação de um regime disciplinar exclusivamente aplicável ao pessoal de direcção e chefia. Qual é o ponto de situação quanto à revisão das referidas leis? Qual é o andamento desse estudo? Como é que se vai promover os trabalhos no tocante à simplificação administrativa e descentralização?
2. O Governo afirmou que neste ano ia aperfeiçoar a mobilidade horizontal dos trabalhadores da função pública e estudar a viabilidade de criar uma plataforma com informações relativas à mobilidade. Mais, vai aperfeiçoar os regimes respeitantes à mobilidade interserviços do pessoal, estendendo-os aos funcionários públicos a destacar na Zona de Cooperação Aprofundada. Como é que o Governo vai assegurar a estabilidade do pessoal destacado e reflectir a respectiva flexibilidade? De que planos dispõe o Governo no tocante



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

à futura extensão dos serviços públicos à Zona de Cooperação Aprofundada?

28 de Abril de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon